

O PROJETO RONDON E UMA FORMAÇÃO JURÍDICA CIDADÃ

Valéria Corrêa Silva Ferreira¹

RESUMO: Este artigo visa expor a importância do Projeto Rondon na formação cidadã de todos os estudantes, em especial daqueles que cursam Direito, visto que possibilita o despertar dos sentimentos de responsabilidade social e justiça e implica em compromisso com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O trabalho funda-se na experiência com a Operação Centro-Norte 2009, realizada no município de Sítio D'Abadia/GO, entre 23 de janeiro a 07 de fevereiro de 2009, pela equipe SitiUfu.

UNITERMOS: Extensão. Responsabilidade social. Direitos humanos.

Rondon project and a law citizen formation

ABSTRACT: This article aims to show the importance of Rondon Project to the citizen formation of all students, in special Law's ones, because makes possible the awakening of the feelings of social responsibility and justice, and imply on a commitment with humans rights and with a construction of a society more joust and equal. The production is based on the experience of the Operation North-Center 2009, made at Sítio D'Abadia/GO city, between January 23rd to February 07, 2009, by SitiUfu teamwork.

KEYWORDS: Extension. Social responsibility. Humans rights.

A extensão universitária e o Projeto Rondon

Muito se fala que para um país progredir, social e economicamente, é necessário investir na educação. Entretanto, para que a educação possa ser efetivamente um mecanismo de transformação social, deve haver sempre a preocupação em preparar os estudantes não só para o mercado de trabalho, mas também para o efetivo exercício da cidadania, consoante prevê o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

A educação superior é um verdadeiro privilégio em um país marcado pela desigualdade social como o Brasil, em que as oportunidades de vida são diferentes para todos. Por isso, as universidades públicas têm o dever de formar cidadãos capazes de retribuir à população o investimento pago às suas expensas por meio dos tributos, afinal é com o dinheiro público que se mantém tais instituições.

Essa formação cidadã, certamente, pode ser estimulada mediante a extensão universitária. Em tese, é uma forma de socializar e democratizar o conhecimento, em uma perspectiva de troca de saberes. A prática, no entanto, demonstra que os maiores beneficiários da extensão são os alunos, que passam a

¹ Aluna do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia e estagiária no Ministério Público Federal (valeriacsf@yahoo.com.br).

ter uma formação diferenciada. Atividades extensionistas, como o Projeto Rondon, permitem ao estudante conhecer e viver uma realidade do país que todos sabem existir, mas que de fato, poucos são sensíveis a ela.

A interação entre universidade e comunidade, advinda desta extensão universitária, faz com o que estudante note a sua responsabilidade enquanto cidadão e oportuniza ao futuro profissional utilizar seu conhecimento em prol de uma sociedade mais justa.

Assim, como aluna do curso de Direito, observo que atividades de extensão como o Projeto Rondon contribuem para uma formação socialmente responsável e despertam nos estudantes uma visão do Direito sob um novo paradigma.

Tendo em vista a inegável mercantilização do ensino jurídico, por vezes se nota que muitos estudantes focam-se na aprovação em concursos públicos cada vez mais disputados, esquecendo-se da reflexão que há de ser feita acerca das funções públicas que irão exercer e de seus papéis na sociedade.

Com efeito, a valorização da extensão universitária, sobretudo de projetos como o Rondon, que aproxima os acadêmicos da comunidade, permitiria uma formação diferenciada de profissionais que, no futuro, julgarão, defenderão e contribuirão de alguma forma para a construção da sociedade das próximas gerações.

Depreende-se, assim, que o Projeto Rondon, como atividade extensionista, é bastante enriquecedor para qualquer estudante, tanto do ponto de vista pessoal quando acadêmico e profissional. É um trabalho que possibilita desenvolver diversas competências nos discentes, proporcionando uma formação com vistas à cidadania, e que se reverte, indiretamente, em benefícios para a sociedade, com profissionais socialmente responsáveis e mais atuantes.

Por essas razões, propostas de extensão como o Projeto Rondon, que levam os estudantes a perceberem a importância do respeito para com o outro, merecem mais valorização das faculdades, seja pelos alunos, seja pelos professores, devendo ser incentivadas. Tais atividades contribuem sobremaneira para uma educação de qualidade e para o desenvolvimento pleno do país.

A equipe multidisciplinar

Creio que o simples interesse em participar da seleção para o Projeto Rondon já demonstra o perfil diferenciado dos estudantes. Como, pelo regulamento, só poderiam ser participar seis discentes da instituição, a composição multidisciplinar da equipe, denominada SitiUfu², não poderia ter sido mais acertada, pelo que é um ponto de grande relevância a ser destacado.

Trabalhar com uma equipe tão diversificada é sempre, por um lado, desafiador, mas por outro, bastante

² A equipe SitiUfu foi composta pelos estudantes João Paulo Assunção Borges (Enfermagem); Thaísa dos Reis (Medicina Veterinária); Juliana Kahlau (Agronomia); Karina de Paula (Psicologia); Renato Pacheco (Engenharia Mecânica); Valéria Corrêa Silva Ferreira (Direito); e pelo professor-coordenador, Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, do Instituto de Geografia.

enriquecedor. Indiscutivelmente, a multidisciplinaridade agrega muito, seja do ponto de vista individual, seja para o grupo, ressaltando ainda que os resultados atingidos tendem a ser melhores, em razão da união de diversas idéias.

Cada componente traz da sua área de conhecimento e de sua formação técnica e pessoal contribuições relevantes à equipe, afinal, são diferentes percepções, vivências e métodos de trabalho que muito acrescentam ao desenvolvimento da proposta e a cada integrante.

Em todos os encontros um estudante era responsável por fazer a “ajuda-memória”, uma espécie de ata do que foi discutido, porém, um relato menos formal, que visa, em primazia, a compreensão do que foi tratado. Mediante a ajuda-memória estabelecemos metas e objetivos a serem cumpridos, evitando que as ideias ficassem dispersas, já que eram devidamente anotadas. Além disso, o documento permitiu que o grupo acompanhasse, participasse e entendesse melhor toda a preparação do projeto.

Planejamos o que chamamos de “ações”, ou seja, as atividades a serem realizadas no Município de Sítio D’Abadia. Em todas as reuniões, os responsáveis pelas respectivas ações apresentavam as evoluções de seu trabalho e o que estava sendo planejado. Por conseguinte, os demais participantes davam sugestões e tinham conhecimento do projeto como um todo, não se atendo estritamente às tarefas que lhe foram incumbidas.

As ações foram preparadas sob a forma de oficinas e minicursos, sendo propostos vários encontros em cada uma delas, a fim de aprofundar as discussões com a comunidade participante - os multiplicadores – e, assim, atingir resultados consistentes no tocante ao tema debatido.

Como o foco de nossa proposta de trabalho era o desenvolvimento socioambiental e a melhoria da gestão pública municipal, preparamos atividades que abordassem o saneamento ambiental-urbano, de forma a enfatizar a conscientização ecológica, inclusive com vistas a desenvolver o turismo na região, como forma de geração de emprego e renda. Já nos assentamentos foram desenvolvidas atividades a fim de aprimorar a produção agropecuária de pequenos produtores, com apresentação de algumas técnicas básicas.

No que tange à gestão pública, foram desenvolvidas duas ações voltadas para sua melhoria, uma com a apresentação de programas de financiamento do governo, adequados à realidade local, e outra acerca da relevância do planejamento e da participação da população nas decisões tomadas pelos representantes do povo no governo municipal.

Todo esse planejamento do trabalho foi significativamente profícuo, expandiu nossa capacidade de criação e nos agregou conhecimentos diversos. Igualmente, ressalto que a excelência do trabalho em equipe decorreu, decisivamente, da orientação do coordenador do projeto. Um professor que se orgulha do que faz, sabe a importância do papel de um educador e que, mesmo sendo de uma área diversa da dos demais membros da equipe, conduziu com êxito o grupo. Compreendi, a partir dessa experiência, como nunca antes pude compreender que os professores deixam marcas nos alunos.

O trabalho com um docente do curso de Geografia mostrou-me que a função pedagógica é muito mais que ter uma boa didática ou ter vastos conhecimentos. Ser professor é transmitir aos estudantes não só

sabedoria, mas valores. É ensiná-los a pensar e agir com ética, contribuindo para seu crescimento dentro e fora da sala de aula. Professores são formadores de opiniões e responsáveis por despertar nos alunos senso crítico, a partir de uma visão de mundo diferenciada, de forma a formá-los sujeitos preocupados com a sociedade da qual fazem parte. Nesse sentido, Freire (1981) assevera que

educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar esse conhecimento (FREIRE, 1981, p. 64).

Em nenhuma outra disciplina cursada na faculdade tive a oportunidade de trabalhar tão intensamente em equipe, superando dificuldades, discutindo efetivamente ideias plurais, dividindo tarefas, assumindo responsabilidades, revendo posições, fortalecendo e construindo opiniões.

Foram, assim, dois meses de trabalho em equipe planejando o trabalho que realizaríamos no campo. Planejamento que contou com o esforço, a dedicação e a disciplina de todos os envolvidos no projeto. A SitiUfu foi um grupo bastante coeso, empenhado em fazer o melhor e unido em prol de uma causa que nós, rondonistas, acreditamos e defendemos. Foi, sem dúvida, um aprendizado incomparável.

Um município chamado Sítio D'Abadia/GO

Após todo o planejamento do trabalho, entre expectativas, curiosidade e ansiedade percorremos cerca de 800 km de Cerrado até chegarmos ao município de Sítio D'Abadia, localizado no norte de Goiás, quase divisa com Minas Gerais. Lá, conhecemos outra equipe de estudantes, acadêmicos da Universidade Tiradentes, vindos de Aracaju, que desenvolveriam outra proposta de trabalho no município.

Ao entrarmos na cidade, avistamos uma faixa de boas-vindas, a primeira, de muitas manifestações de carinho e hospitalidade da população para com o Projeto Rondon.

Nosso primeiro contato com a comunidade foi uma recepção festiva que nos foi dedicada, com pronunciamento das autoridades locais, apresentação do grupo de capoeira das crianças e jovens e uma manifestação cultural do grupo "Foliões da Folia de Reis". Foi notória como a população dava importância à nossa presença.

Aparentemente, o município não parecia tão pobre quanto o esperado. Posteriormente, ao fazermos o reconhecimento da cidade, andando pelas ruas, conversando com os moradores e visitando as casas, foi possível notar que, de fato, a pobreza material era algo marcante.

No espaço entre as ruas e as residências, não existiam calçadas. As casas eram bem simples e humildes, sem muros, e algumas delas, até mesmo de barro. Para separá-las umas das outras, havia cercas de arames farpados, nas quais as roupas eram postas para secar ao ar livre. Não havia saneamento básico, nem tratamento de água. Em determinados locais, era possível sentir com mais intensidade o

mau cheiro das fossas sépticas. Frequentemente, nos deparávamos com pequenos cursos de água escorrendo pelas ruas, mas nunca se sabia qual era a origem daquela água. Havia, ainda, bastante lixo esparramado pela cidade.

As ruas eram movimentadas, mas não de automóveis, pois estes eram em número bem pequeno. A dinâmica das ruas dava-se pelos vários cães, alguns cavalos, galinhas, e crianças brincando livremente, familiarizadas com as ruas. Muitas delas flagradas com sintomas de doenças, desnutrição, carência de afeto, e... felizes.

Ninguém nos tratava como desconhecidos, pelo contrário. Mesmo sem nos conhecer, as pessoas sorriam para nós, de uma maneira simples e sincera. Bastante comuns eram os convites para entrarmos em suas casas. Não obstante, por vezes lamentavam por não ter nada mais a nos oferecer, a não ser um café ou, às vezes, somente água. Um calor humano absolutamente diferente do habitualmente vivido em uma cidade grande, onde as pessoas tendem a ser mais distantes e frias.

Ao fazermos abordagens sobre o Projeto Rondon, os moradores, de maneira geral e quase absoluta, demonstravam interesse em participar das atividades, faziam perguntas e comentários pertinentes acerca do que apresentávamos. Em contrapartida, muitos deles, humildemente, nos informavam que eram analfabetos. Nesses casos, em especial, tínhamos muito mais a ouvir do que a dizer.

Em quase duas semanas que estivemos em Sítio D'Abadia, tivemos um relacionamento harmônico com a população, uma interação que acarretou em uma construtiva troca de vivências. A população demonstrou uma intensa hospitalidade para com as equipes rondonistas, e assim, crianças, jovens, adultos e idosos estavam envolvidos no Projeto Rondon, o que propiciou um público significativo nas oficinas.

Cada oficina contava com seu público alvo, mas havia pessoas que participavam das atividades nos três turnos. Os participantes acreditavam que estavam ali apenas aprendendo algo conosco, nos chamando até mesmo de “professores”. Entretanto, as pessoas, embora simples e com pouco estudo, eram bastante participativas, expunham suas idéias e apresentavam propostas com uma criatividade admirável, o que demonstrava o imenso potencial daquele povo.

Ao fim de cada oficina, foi perceptível que os resultados eram extremamente positivos, e, muitas vezes, melhores do que o esperado. Cumpre esclarecer, por oportuno, que a excelência do trabalho foi, antes de tudo, devido a ação dos participantes, que se comprometeram com o que faziam e demonstraram que a sabedoria não se restringe à universidade. A título de exemplo, cito o fato de os jovens terem construído uma bateria musical de grande qualidade, utilizando apenas materiais recicláveis e muita criatividade. Isso foi emocionante.

Além disso, o carinho recebido dos sitienses, a emocionada despedida e os sinceros agradecimentos por nossa presença no município, quando na verdade nós quem deveríamos agradecer por tudo, foi algo inexplicável. E da mesma forma, os inúmeros bilhetes das crianças, os sorrisos e os abraços provocaram-me uma sensação de gratidão profunda por ter participado do Projeto Rondon, e eu sabia, que a partir dali, eu não seria mais a mesma pessoa.

Muitas vezes, as conversas sequer giravam em torno do projeto. Pessoas nos contavam de seus dilemas, suas doenças, seus infortúnios, suas alegrias, pelo simples deleite de conversar, ou, mais que isso, pelo prazer de receber atenção. Descobrimos, assim, que a essência do Projeto Rondon é muito mais ouvir que falar; é muito mais aprender que ensinar.

Conheci pessoas extraordinárias que me inspiraram a nunca desistir de lutar por uma sociedade melhor. Cidadãos exemplares que conquistaram minha imensa admiração. Pessoas com poucas oportunidades de conseguir um bom emprego, de estudar e de ter uma vida verdadeiramente digna.

Faço alusão a um senhor que trabalhava na lavoura com o pé quebrado, demasiadamente inchado. Quando lhe dissemos que ele deveria ir ao médico, ele, humildemente, nos respondeu que precisava escolher: ficar com o pé engessado durante três meses ou comer. Pensei logo na tão falada “dignidade da pessoa humana”, onde estaria? O que seria? É fácil chegar a uma conclusão revoltante: para muitas pessoas, saúde se torna uma questão de luxo. Inesquecível, também, este mesmo senhor nos perguntar de forma singela, o que era uma bactéria. Eis uma pessoa que reflete a situação de uma grande parcela da sociedade brasileira.

Em que pese a triste realidade local, os dias em Sítio D’Abadia foram de muito trabalho, mas também de muita reflexão, muito aprendizado e muita alegria. Dias que guardarei eternamente em minhas melhores recordações e que com certeza, repercutirão na minha jornada.

O Projeto Rondon e o Direito

Para muitos, o Direito em nada se relaciona ao Projeto Rondon, pois enxergam o Direito como sinônimo de lei e o vêem como processo. Para mim, Direito é a união de bom senso, ética e justiça. Direito é uma ciência humana, interligada a todas as outras áreas, que visa manter a harmonia social, organização da sociedade e, certamente, almeja a realização da justiça.

A vivência em Sítio D’Abadia me fez refletir ainda mais acerca do que é o Direito, qual a sua função na sociedade e como é a atuação de seus operadores. Após conhecer de perto um Brasil que convive com a indiferença, essas indagações tornam-se bastante incômodas.

Diante daquela população carente, os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal me vinham sempre à mente. Com certeza não é necessário ir longe para se deparar com a miséria, mas se sentir parte de uma comunidade que carece de informação, educação e de cuidados elementares, como saúde ou alimentação, torna mais evidente a discrepância entre a lei e a realidade.

Embora haja a previsão constitucional do princípio da igualdade, esta só existe formalmente, pois, na realidade, as pessoas são tratadas de forma diferente, o acesso a bens essenciais a uma existência digna não é o mesmo para todos e as oportunidades também não. De fato, vivemos num país profundamente desigual.

É notória a prosperidade da economia brasileira nos últimos anos, com significativos dados estatísticos

que demonstram uma melhoria dos índices sociais. Todavia, o desenvolvimento econômico que vivenciamos não pressupõe distribuição de renda, e há muita gente vivendo precariamente. Não se pode ignorar, pois, assim como em Sítio D'Abadia, que milhares de pessoas vivem em condições sub-humanas e que há, todos os dias, uma frequente violação dos direitos fundamentais no cotidiano de muitos brasileiros.

Há todo um movimento pela defesa dos famosos “Direitos Humanos” intrínsecos a todo ser humano. Entretanto, muitas vezes esses direitos são vistos somente sob a ótica de limitar a atuação do Direito Penal ou de apontar a deplorável situação do sistema carcerário. É necessário reconhecer que a condição miserável, vivida por muitos brasileiros, é um verdadeiro desrespeito aos direitos do homem (SINGER, 2004). Faça menção à miserabilidade em sentido amplo, no que tange à alimentação, saúde, educação ou lazer e à própria condição de ser humano.

Ninguém discorda, por exemplo, que a fome, além de uma lástima, é uma das maiores torturas a que o ser humano pode ser submetido. Por isso, conclui-se que os direitos da pessoa já estão consagrados no ordenamento jurídico e são reconhecidos universalmente, o que obviamente é uma grande conquista da humanidade. No entanto, é imperioso que agora sejam efetivamente respeitados e deixem de ser mero discurso, pois, como afirmou Rawls (2004), o respeito para com os direitos humanos é condição de decência das instituições políticas de uma sociedade e de sua ordem jurídica.

Neste contexto, é necessário indagar o que é o Direito e como é a atuação de seus operadores, de modo que não fiquemos *obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja* (SANTOS, 2004). Assim, será possível uma ordem social razoavelmente justa.

Temos uma Constituição dirigente e repleta de garantias, que estabelece fins e programas para projetar o desenvolvimento do país, garantindo a todos uma existência digna. No entanto, o texto constitucional vigora há mais de vinte anos e ainda temos muito a caminhar para de fato cumpri-lo. A verdade é que ter boas leis não é suficiente. O que essencialmente muda um país não é sua legislação, e sim, seu povo.

Por isso, aqueles que lidam diariamente com o ordenamento jurídico, que têm o papel de julgar, zelar pelos interesses coletivos e defender as pessoas, inclusive as menos favorecidas, como os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, Defensores Públicos e advogados, devem atuar sempre com vistas a viabilizar as disposições constitucionais e contribuir, conforme suas atribuições, para a formação de uma sociedade consoante a almejada pela Constituição Federal, sempre em defesa dos direitos humanos.

O Direito necessita de profissionais que atuem de forma consciente, a fim de assegurar a efetividade dos direitos fundamentais e construir uma sociedade minimamente mais equilibrada. É um mecanismo de transformação social, porquanto, inadmissível que seus operadores se atenham unicamente ao saber técnico-jurídico, pautado no formalismo exacerbado e na estrita legalidade. Sendo assim, é necessária uma visão do Direito voltada para a realidade social do país, com profissionais criticamente conscientes, a fim de que injustiças não sejam perpetuadas ao exercerem suas atividades (DALLARI, 2007; KATO, 1989).

Leis são interpretadas, não se trata de nada exato, pois cada jurista tem uma percepção diferente

sobre um mesmo fato. O que é justo ou certo para um, pode não ser para outro. É utopia crer que há neutralidade na ciência jurídica, que juízes e promotores, por exemplo, apenas externam a vontade do ordenamento. Ao refletir sobre o Judiciário, Dallari (2007) asseverou que juízes são, antes de tudo, cidadãos, e que são, inevitavelmente, políticos. Portanto, podem ser imparciais, mas não são neutros. Todo profissional exterioriza seus valores, suas convicções e seus preconceitos, e isso se reflete na sociedade.

A experiência de participar do Projeto Rondon reforçou em mim a ideia de que um profissional do Direito não pode ser indiferente aos problemas sociais, pois ele interfere e decide os rumos da sociedade. Ser rondonista ampliou minha visão de mundo e, por consequência, de jurista, o que faz toda a diferença ao me considerar uma futura operadora do Direito. Percebo que é fundamental entender o Direito além das leis, compreender as necessidades do povo, suas angústias, seus dramas, e ser, de fato, cidadão.

É entendendo que as pessoas são dotadas de sentimentos, movidas por medos, inseguranças, que sofrem dissabores, frustrações, e principalmente, que a essência do ser humano é a mesma para todos, que a ciência jurídica deve tornar-se mais humana. Por isso, participar do Projeto Rondon possibilita ao estudioso do Direito sentir e compreender melhor a sociedade que amanhã irá defender, julgar e transformar, numa perspectiva mais cidadã e próxima de uma justiça distributiva.

CONCLUSÃO

A atividade extensionista tem um papel fundamental para aproximar a universidade da população, fazendo com o que o conhecimento científico caminhe e se desenvolva no sentido de beneficiar a sociedade, em especial a significativa parcela desprivilegiada e, porque não, excluída pelo sistema econômico que valoriza, em primazia, o consumo.

Considero o Projeto Rondon em três etapas: primeiramente a capacitação e o planejamento; posteriormente o trabalho em campo; e por fim, a reflexão da experiência. O conjunto destes três momentos acarretou impactos em minha vida acadêmica e pessoal e, certamente, terá consequências no exercício de minha profissão, pois muito contribuiu para minha formação jurídica cidadã, enquanto futura operadora do Direito.

O Projeto Rondon é uma experiência de extensão marcante, de igual valor para todos os estudantes que nele se envolvem, pois motiva, inspira e faz com acreditemos que cada pessoa tem a sua parcela de responsabilidade na sociedade. Atividades acadêmicas desse gênero oportunizam uma reflexão crítica sobre o nosso comportamento enquanto cidadãos, porquanto, fortalece o exercício da cidadania.

Vivemos em um país hospitaleiro e multicultural. Em contrapartida, não podemos ignorar as disparidades e desigualdades desse país. Não podemos esquecer que em nossa nação, milhares de pessoas vivem em condições dilacerantes, em que a fome faz parte de seu cotidiano, ter infância é luxo, o acesso à educação é questão de sorte, o cuidado com a própria saúde é um privilégio e o lazer é inexistente. E

assim a dignidade do humano é mais uma letra morta da lei. Infelizmente, não se trata de uma hipérbole.

O Direito, instrumento de promoção de uma melhor realidade social e de justiça, não pode ser indiferente a essa significativa parcela da população que clama por dignidade. E ainda que fosse uma única pessoa que tivesse seus direitos fundamentais violados, estamos falando de um ser humano.

Por tais razões, os operadores do Direito são socialmente responsáveis, pois todos têm deveres perante a coletividade, e suas ações individuais sempre acarretam algum impacto, positivo ou negativo, para a sociedade. Um médico tem a vida de uma pessoa em suas mãos; um jurista, toda a sociedade. Vide as decisões polêmicas do Supremo Tribunal Federal.

Nessa vertente, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e advogados, acima de qualquer status social que possam ter, têm uma função social a ser cumprida. Portanto, devem ser sensíveis a uma grande maioria da população que vive em condições miseráveis. Devem orientar-se sempre segundo os ditames da justiça social, para que caminhemos em sentido a uma verdadeira democracia.

É imprescindível, pois, que os juristas atuem de forma a garantir sempre a maior aplicabilidade da Constituição Federal e dos direitos fundamentais, para que os cidadãos sejam verdadeiramente tratados como seres humanos.

Ao pensar nos milhares de brasileiros que, embora estejam sob o amparo formal da “Constituição Cidadã”, vivem em condições sub-humanas e em locais onde os direitos fundamentais são verdadeiras prerrogativas, a consciência de algo precisa mudar e de que algo pode ser feito, nos acomete. É preciso preocupar-se com o país e ter respeito para com o povo.

Nessa perspectiva, entendo que o Projeto Rondon não tem como objetivo solucionar os problemas das diversas comunidades carentes em que atua, mesmo porque não seria possível. No entanto, irrefutavelmente, resulta na formação de estudantes mais conscientes, que conhecem melhor a realidade do país, e, assim, a experiência acarreta em implicações positivas no exercício de suas profissões.

Acredito que seja possível um país melhor e uma nação mais justa. Para tanto, é necessário que as instituições de ensino promovam uma educação que objetive uma formação acadêmica mais comprometida com a sociedade e que possibilite o efetivo exercício da cidadania. Certamente este é um dos papéis do Projeto Rondon.

Em virtude de todo o exposto, afirmo que ser rondonista ratificou meus ideais de vida e fortaleceu meus princípios enquanto pessoa. Entendo que somos responsáveis pelos outros e que com pequenas ações individuais, práticas positivas e construtivas, podemos contribuir para o bem-estar comum e para a melhoria de vida de todos. Após o Projeto Rondon, conhecendo melhor o Brasil, sinto-me mais brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KATO, Shelma Lombarde de. A crise do direito e o compromisso da libertação. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Justiça: a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1984.

RAWLS, John. **O direito dos povos**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004. p. 77-111.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As tensões da modernidade**. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.sociologos.org.br/links/tenmoder.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

SINGER, Peter. **Um só mundo: a ética da globalização**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004. p. 196-205.

Submetido em 03 de junho de 2009

Aprovado em 14 de agosto de 2009